

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.182
Preferenciais	0
Total	114.182
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	30/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2017	Ordinária		0,02362
Assembléia Geral Ordinária	31/03/2017	Dividendo	31/03/2017	Ordinária		0,48277
Assembléia Geral Extraordinária	31/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2017	Ordinária		0,04023

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	507.911	560.549
1.01	Ativo Circulante	106.414	115.257
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.290	24.219
1.01.03	Contas a Receber	18.975	18.761
1.01.03.01	Clientes	18.975	18.761
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.471	1.406
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.678	70.871
1.01.08.03	Outros	19.678	70.871
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	2.756	3.063
1.01.08.03.02	Contas a Receber- partes Relacionadas	14.593	417
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	65.433
1.01.08.03.04	Outros	2.329	1.958
1.02	Ativo Não Circulante	401.497	445.292
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	205.597	242.043
1.02.01.06	Tributos Diferidos	46.419	50.574
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.419	50.574
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	463
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	156.017	189.464
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	156.017	189.464
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.161	1.542
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.161	1.542
1.02.03	Imobilizado	1.174	1.262
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.174	1.262
1.02.04	Intangível	194.726	201.987
1.02.04.01	Intangíveis	194.726	201.987

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	507.911	560.549
2.01	Passivo Circulante	251.622	308.354
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.561	4.178
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.561	4.178
2.01.02	Fornecedores	19.202	9.155
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.202	9.155
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.596	10.974
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.414	9.178
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.414	7.081
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	0	2.097
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.182	1.796
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.574	179.965
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	142	356
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	142	356
2.01.04.02	Debêntures	106.432	179.609
2.01.05	Outras Obrigações	26.356	24.390
2.01.05.02	Outros	26.356	24.390
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	5.751	4.812
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	9.354	9.411
2.01.05.02.06	Outras Contas a pagar	0	10
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	3.481	3.699
2.01.05.02.08	Outros	1.574	1.505
2.01.05.02.09	Juros sobre Capital Próprio	6.196	4.953
2.01.06	Provisões	88.333	79.692
2.01.06.02	Outras Provisões	88.333	79.692
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	86.556	77.963
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.777	1.729
2.02	Passivo Não Circulante	84.196	55.555
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	49.952	0
2.02.01.02	Debêntures	49.952	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.440	5.802
2.02.02.02	Outros	1.440	5.802
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	1.440	5.802
2.02.04	Provisões	32.804	49.753
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.386	3.063
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	676	250
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.710	2.813
2.02.04.02	Outras Provisões	29.418	46.690
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	27.605	44.933
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.813	1.757
2.03	Patrimônio Líquido	172.093	196.640
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	23.532	78.655
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	55.123

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.576	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	107.807	201.510	83.156	163.635
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-73.046	-131.781	-41.543	-107.772
3.03	Resultado Bruto	34.761	69.729	41.613	55.863
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.595	-15.398	-6.855	-11.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.631	-15.481	-6.885	-11.621
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-9.242	-14.507	-6.440	-10.824
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-394	-974	-444	-788
3.04.02.03	Tributárias	5	0	-1	-9
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36	83	30	80
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.166	54.331	34.758	44.322
3.06	Resultado Financeiro	-388	151	-397	-3.151
3.06.01	Receitas Financeiras	6.361	14.994	11.458	24.262
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.749	-14.843	-11.855	-27.413
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.778	54.482	34.361	41.171
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.057	-16.615	-10.852	-12.366
3.08.01	Corrente	-4.669	-12.460	-9.839	-20.532
3.08.02	Diferido	-3.388	-4.155	-1.013	8.166
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.721	37.867	23.509	28.805
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.721	37.867	23.509	28.805
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13370	0,30280	0,18800	0,23040
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13370	0,30280	0,18800	0,23040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	16.721	37.867	23.509	28.805
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.721	37.867	23.509	28.805

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	112.628	100.757
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	117.465	100.866
6.01.01.01	Lucro Líquido	37.867	28.805
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	6	14
6.01.01.03	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	4.155	-8.166
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	765	1.647
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	28.862	37.050
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	3.716	4.300
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	44.975	38.271
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre mútuos	-10.671	-20.098
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de empréstimos	7	20
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	9.359	19.943
6.01.01.13	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-1.688	-2.311
6.01.01.14	Variação monetária e juros sobre credores concessão	112	1.391
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.837	-109
6.01.02.01	Contas a Receber	-214	-430
6.01.02.02	Outros Créditos	-354	-95
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	398	-1.719
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	1.280	2.925
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.619	-84
6.01.02.07	Fornecedores	3.984	1.631
6.01.02.08	Fornecedores-Partes Relacionadas	-545	-524
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-617	-583
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	6.190	13.117
6.01.02.11	Cauções Contratuais	202	23
6.01.02.12	Credores pela Concessão	-9	-24
6.01.02.13	Outros	-248	1.389
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-12.996	-15.256
6.01.02.15	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-442	-461
6.01.02.17	Contas a Receber Partes Relacionadas	153	-18
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.630	3.516
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-305	-151
6.02.02	Adições ao Intangível	-67.554	-25.928
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-10.594	-39.605
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	76.823	69.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.927	-121.475
6.03.01	Captações	100.000	0
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-94.000	-88.000
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-38.277	-44.171
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	-4.522	-4.071
6.03.05	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-4.953	0
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-55.123	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03.08	Mútuo (principal)	16.000	15.000
6.03.09	Juros sobre Mútuo	12.169	0
6.03.10	Pagamento Principal - Finame	-213	-213
6.03.11	Pagamento Juros - Finame	-8	-20
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	42.071	-17.202
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.219	49.169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.290	31.967

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	78.655	0	0	196.640
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	78.655	0	0	196.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-55.123	-7.291	0	-62.414
5.04.06	Dividendos	0	0	-55.123	0	0	-55.123
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.291	0	-7.291
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.867	0	37.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.867	0	37.867
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	30.576	0	172.093

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	65.358	0	0	183.343
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	65.358	0	0	183.343
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-4.537	0	-4.537
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.537	0	-4.537
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.805	0	28.805
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.805	0	28.805
5.07	Saldos Finais	117.655	330	65.358	24.268	0	207.611

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	217.190	178.167
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	177.336	165.514
7.01.02	Outras Receitas	2.527	1.318
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.327	11.335
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88.808	-68.348
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-75.177	-56.603
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.287	-5.402
7.02.04	Outros	-8.344	-6.343
7.02.04.01	Custo da Concessão	-3.554	-3.438
7.02.04.02	Outros	-4.790	-2.905
7.03	Valor Adicionado Bruto	128.382	109.819
7.04	Retenções	-44.975	-38.271
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.975	-38.271
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.407	71.548
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.994	24.262
7.06.02	Receitas Financeiras	14.994	24.262
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	98.401	95.810
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	98.401	95.810
7.08.01	Pessoal	11.664	11.186
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.438	8.730
7.08.01.02	Benefícios	1.604	1.776
7.08.01.03	F.G.T.S.	622	680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.271	28.024
7.08.02.01	Federais	24.254	19.661
7.08.02.02	Estaduais	1	2
7.08.02.03	Municipais	9.016	8.361
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.599	27.795
7.08.03.01	Juros	9.366	19.972
7.08.03.02	Aluguéis	1.752	1.509
7.08.03.03	Outras	4.481	6.314
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.867	28.805
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.291	4.537
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.576	24.268

Ribeirão Preto, 09 de agosto de 2017 - A Autovias S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2017, período encerrado em 30 de junho de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 2T17 foi de 11,1 milhões de veículos equivalentes, permanecendo estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Quando comparada ao 1T17, a Companhia apresentou crescimento de 5,2%, refletindo uma retomada da economia brasileira.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 2T17 de R\$ 115,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 25,3 milhões ou 28% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo os principais motivos: (i) aumento em Receita de Construção, devido ao andamento da obra de duplicação da SP-345; (ii) crescimento na receita de pedágio reflexo do reajuste das tarifas de pedágio realizado em julho/16, em 9,32%.
- Quando comparada ao 1T17 houve um aumento de R\$ 14,5 milhões ou 14,4%, sendo os principais motivos: (i) aumento em Receita de Construção, devido ao andamento da obra de duplicação da SP-345; (ii) crescimento na receita de pedágio reflexo do aumento do volume de tráfego pedagiado, conforme mencionado acima.

Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 2T17 (excluído depreciação e amortização) apresentaram um aumento em R\$30,2 milhões ou 103,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados principalmente custos de serviços de construção devido o andamento da obra de duplicação da SP-345 e variação na provisão de manutenção (obras da 3ª intervenção de pavimento da SP 255)
- Em relação ao 1T17, houve aumento de R\$16,8 milhões ou 39,4%, impulsionado principalmente pela variação dos custos de serviços de construção - devido ao andamento da obras de duplicação da SP 345 e despesas administrativas devido ao pagamentos de indenizações realizadas no período.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA diminuiu 10,3%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão da redução na rubrica provisão de manutenção justificado acima. O EBITDA ajustado aumentou 8,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, justificados principalmente pelo aumento na receita de pedágio.
- Em relação ao 1T17, o EBITDA declinou em 5,3%, devido à variação da provisão de manutenção e EBITDA ajustado aumentou 1,3%, em função do aumento da receita de pedágio.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 0,4 milhão, representando uma queda de 172,0% em relação ao trimestre anterior. Essa redução está diretamente relacionada à queda na receita financeira devido ao pagamento de contratos de mutuo.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$16,7 milhões no 2T17, apresentando uma redução de 28,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com ênfase na variação da provisão de manutenção. Em relação ao 1T17 apresenta queda de 20,9%, em razão das variações previamente apresentadas.

Endividamento:

- A Autovias encerrou o 2T17 com um endividamento bruto de R\$156,5 milhões contra R\$155,0 milhões no trimestre anterior. O aumento decorre da nova emissão de debentures em março/17 (4ª emissão).
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$84,4 milhões no 1T17 para R\$90,2 milhões no 2T17, apresentando um aumento decorrentes da redução de caixa e equivalente de caixa devido aos desembolsos realizados no período para pagamento de debentures.

Investimentos:

- No 2T17 a Companhia investiu R\$29,6 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$38,2 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas), dentre outras.

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
Autovias	11.115.529	10.562.349	11.068.905	5,2%	0,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
RECITA OPERACIONAL BRUTA	115.822	101.285	90.478	14,4%	28,0%
Receitas de pedágio	91.051	86.285	83.537	5,5%	9,0%
Receitas de obras	23.494	13.833	6.288	69,8%	273,6%
Receitas acessórias	1.277	1.167	653	9,4%	95,6%
DEDUÇÕES DA RECITA	(8.015)	(7.582)	(7.322)	5,7%	9,5%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	107.807	93.703	83.156	15,1%	29,6%
CUSTOS E DESPESAS	(59.507)	(42.697)	(29.299)	39,4%	103,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.428)	(10.582)	(10.650)	-1,5%	-2,1%
Custo dos serv. de construção	(23.494)	(13.833)	(6.288)	69,8%	273,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(9.041)	(5.073)	(6.331)	78,2%	42,8%
Remuneração da administração	(394)	(580)	(444)	-32,1%	-11,3%
Despesas tributárias	5	(5)	(1)	-200,0%	-600,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(16.191)	(12.671)	(5.615)	27,8%	188,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	36	47	30	-23,4%	20,0%
EBITDA	48.300	51.006	53.857	-5,3%	-10,3%
Margem EBITDA	44,8%	54,4%	64,8%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(23.134)	(21.841)	(19.099)	5,9%	21,1%
Depreciação de imobilizado	(201)	(192)	(109)	4,7%	84,4%
Amortização do intangível	(22.933)	(21.649)	(18.990)	5,9%	20,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(388)	539	(397)	-172,0%	-2,3%
Receitas financeiras	6.361	8.633	11.458	-26,3%	-44,5%
Despesas financeiras	(6.749)	(8.094)	(11.855)	-16,6%	-43,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	24.778	29.704	34.361	-16,6%	-27,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.057)	(8.558)	(10.852)	-5,9%	-25,8%
Corrente	(4.669)	(7.791)	(9.839)	-40,1%	-52,5%
Diferido	(3.388)	(767)	(1.013)	341,7%	234,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.721	21.146	23.509	-20,9%	-28,9%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
EBITDA ¹	48.300	51.006	53.857	-5,3%	-10,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	16.191	12.671	5.615	27,8%	188,4%
EBITDA Ajustado ²	64.491	63.677	59.472	1,3%	8,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre e
Período de Seis Meses Findos em 30 de junho de
2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant’anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, em caso de nova hipótese de desequilíbrio contratual.

A Autovias S.A. foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante previsto em R\$23.000, referente à primeira etapa da obra será realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013, estimando-se a prorrogação do prazo de concessão do contrato em 2 meses, levando o término da concessão para fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$145.208 (R\$193.097 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 09 de agosto de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 30 de junho de 2017, o montante de R\$106.749 (R\$141.387 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$172.388 (R\$208.896 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.386	2.081
Aplicações financeiras (*)	<u>64.904</u>	<u>22.138</u>
Total	<u><u>66.290</u></u>	<u><u>24.219</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 103,90 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	18.364	18.132
Cupons de pedágio a receber	141	116
Cartões de pedágio a receber	220	277
Receitas acessórias a receber	<u>250</u>	<u>236</u>
Total	<u><u>18.975</u></u>	<u><u>18.761</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

Notas Explicativas

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.778	54.482	34.361	41.171
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(8.425)	(18.524)	(11.683)	(13.998)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	916	2.479	778	1.542
Outras diferenças permanentes	(548)	(570)	53	90
Total	(8.057)	(16.615)	(10.852)	(12.366)
Despesa contabilizada	(8.057)	(16.615)	(10.852)	(12.366)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(4.669)	(12.460)	(9.839)	(20.532)
Diferido	(3.388)	(4.155)	(1.013)	8.166
	(8.057)	(16.615)	(10.852)	(12.366)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Provisão de participação nos lucros	806	1.399
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	3.386	3.063
Outras Provisões	10	-
Provisão para manutenção de rodovias	114.161	122.896
Amortização acumulada de obras futuras	797	654
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.590	3.486
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	2.395	2.071
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	37.943	37.943
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(26.561)	(22.766)
Base de cálculo ativa	<u>136.527</u>	<u>148.746</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>46.419</u>	<u>50.574</u>

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	15.473
2018	30.946
	<u>46.419</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantinha aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes as debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures – Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vinha retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão - 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento estivesse constituído. Esses recursos eram mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Pelo fato da Sociedade ter quitado as debêntures em março de 2017 no período findo em 30 de junho de 2017 não há valores de aplicações financeiras vinculadas (Em 31 de dezembro de 2016 o saldo mantido era de R\$65.433).

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.176	2.214	64	485	3.939
Adições	-	66	239	-	305
Alienações/baixas	-	(2)	-	-	(2)
Saldo em 30.06.2017	1.176	2.278	303	485	4.242
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(983)	(1.233)	(42)	(419)	(2.677)
Depreciações	(64)	(250)	(59)	(20)	(393)
Alienações/baixas	-	1	-	1	2
Saldo em 30.06.2017	(1.047)	(1.482)	(101)	(438)	(3.068)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	193	981	22	66	1.262
Saldo em 30.06.2017	129	796	202	47	1.174
Taxas de depreciação - a.a.	15%	22%	12%	13%	
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.177	1.228	182	485	3.072
Adições	-	151	-	-	151
Alienações/baixas	-	-	(39)	-	(39)
Saldo em 30.06.2016	1.177	1.379	143	485	3.184
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(852)	(782)	(103)	(360)	(2.097)
Depreciações	(68)	(95)	(17)	(29)	(209)
Alienações/baixas	-	-	26	-	26
Saldo em 30.06.2016	(920)	(877)	(94)	(389)	(2.280)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	325	446	79	125	975
Saldo em 30.06.2016	257	502	49	96	904
Taxas de depreciação - a.a.	12%	21%	20%	11%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2016	743.971	28.254	192	4.210	50.919	827.546
Adições	7.806	-	-	-	29.521	37.327
Transferências/Reclassificações	18.526	-	-	-	(18.526)	-
Alienações/baixas	(41)	-	-	-	-	(41)
Saldo em 30.06.2017	770.262	28.254	192	4.210	61.914	864.832
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2016	(596.389)	(25.790)	(171)	(3.209)	-	(625.559)
Amortizações	(43.769)	(553)	(4)	(256)	-	(44.582)
Alienações/baixas	35	-	-	-	-	35
Saldo em 30.06.2017	(640.123)	(26.343)	(175)	(3.465)	-	(670.106)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	147.582	2.464	21	1.001	50.919	201.987
Saldo em 30.06.2017	130.139	1.911	17	745	61.914	194.726
Taxas de amortização - a.a.	18%	5%	8%	7%		

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2015	732.924	28.254	192	4.210	14.258	779.838
Adições	4.637	-	-	-	6.698	11.335
Alienações/baixas	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldo em 30.06.2016	<u>737.559</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>4.210</u>	<u>20.956</u>	<u>791.171</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(520.008)	(24.684)	(161)	(2.698)	-	(547.551)
Amortizações	(37.248)	(552)	(5)	(257)	-	(38.062)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	1
Saldo em 30.06.2016	<u>(557.255)</u>	<u>(25.236)</u>	<u>(166)</u>	<u>(2.955)</u>	<u>-</u>	<u>(585.612)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	212.916	3.570	31	1.512	14.258	232.287
Saldo em 30.06.2016	180.304	3.018	26	1.255	20.956	205.559
Taxas de amortização - a.a.	31%	31%	31%	31%		

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

Notas Explicativas**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Moeda Local</u>		
Financiamento de veículos – (FINAME) (a)	142	356
	<u>142</u>	<u>356</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2017	31.12.2016
(a)	Real	Finame	6% a.a.	out/17	Próprio bem	142	356

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	106.797	50.000	179.715	-
Custo de transação	<u>(365)</u>	<u>(48)</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>
Total	<u>106.432</u>	<u>49.952</u>	<u>179.609</u>	<u>-</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2017	31.12.2016
1ª emissão - Série única	100.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	-	66.229
3ª emissão - Série única	30.000	CDI + 0,83% a.a.	ago/17	56.225	113.486
4ª emissão - Série única	10.000	CDI + 1,40% a.a.	set/18	100.572	-
				<u>156.797</u>	<u>179.715</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª emissão 2ª Série	15.03.2010	120.000	1.000	27.04.2010	121.900
3ª emissão 2ª Série	18.12.2013	300.000	10.000	26.12.2013	300.363
4ª emissão 2ª Série	10.03.2017	100.000	10.000	17.03.2017	100.000
		<u>520.000</u>			<u>822.626</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 51%. Atualmente esse percentual se encontra em 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris .

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 30 de junho de 2017, a Sociedade, não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de junho de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (d)	14.329	-
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	27	-
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	110	194
Intervias S.A. (a)	117	210
Vianorte S.A. (a)	-	4
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	10	9
Total	<u>14.593</u>	<u>417</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A (d)	156.017	189.464
Total	<u>156.017</u>	<u>189.464</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.261	1.416
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Vianorte S.A. (a)	161	70
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	2.059	2.213
	<u>3.481</u>	<u>3.699</u>
<u>Controladora</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	6.196	4.953
	<u>6.196</u>	<u>4.953</u>
Total	<u>9.677</u>	<u>8.652</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	4.849	(3.491)	-	10.203	3.013
Outras partes relacionadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(5.022)	-	-	4.087	-	-
Total	(5.022)	4.849	(3.491)	4.087	10.203	3.013

Contas de Resultado:	SEMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	10.671	(6.954)	-	20.098	5.701
Outras partes relacionadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(10.322)	-	-	6.834	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	-	-	-	728	-	-
Total	(10.322)	10.671	(6.954)	7.562	20.098	5.701

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,40% a 1,80% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2017 e novembro de 2018, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
07.02.2013	01.11.2018	CDI + 1,60% a.a.	53.000	2.990	53.000	73
05.03.2014	01.11.2018	CDI + 1,40% a.a.	-	-	30.000	11.496
01.04.2014	01.11.2018	CDI + 1,40% a.a.	30.000	13.421	30.000	11.194
25.06.2014	01.11.2018	CDI + 1,40% a.a.	40.000	16.606	40.000	13.701
03.04.2017	29.12.2017	CDI + 1,80% a.a.	14.000	329	-	-
			<u>137.000</u>	<u>33.346</u>	<u>153.000</u>	<u>36.464</u>

Além das operações acima mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$1.776 (R\$821 em 30 de junho de 2016).

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos de 30 de junho de 2017, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$210 e R\$406 a título de remuneração de seus

Notas Explicativas

administradores, adicionado de R\$184 e R\$568 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$394 e R\$974 (R\$444 e R\$788, respectivamente, em 30 de junho de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de março de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$2.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$806 e R\$1.399.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de renda	2.249	4.759
Contribuição social	1.244	2.322
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	437	517
Programa de integração social - PIS	218	230
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.028	1.092
Tributos federais retidos	238	258
Impostos sobre serviços - ISS	2.182	1.796
Total	<u>7.596</u>	<u>10.974</u>

Notas Explicativas**16. CREDORES PELA CONCESSÃO**

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Circulante				
Direito de outorga	8.888	8.935	9.125	9.175
Parcela variável (a)	466	476	466	476
Total	9.354	9.411	9.591	9.651
	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Não circulante				
Direito de outorga	1.440	5.802	1.521	6.204
Total	1.440	5.802	1.521	6.204

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2017 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	2	14

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2017 ao Poder Concedente foi de R\$7.229 (R\$4.522 de parcela fixa e R\$2.707 de parcela variável).

Em 30 de junho de 2017, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam vencimento em 2018.

Notas Explicativas

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2017</u>
Civeis	2.813	1.006	(757)	(352)	2.710
Trabalhistas	250	551	(35)	(90)	676
Total	<u>3.063</u>	<u>1.557</u>	<u>(792)</u>	<u>(442)</u>	<u>3.386</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.06.2016</u>
Civeis	903	1.490	(8)	(460)	1.925
Trabalhistas	34	311	(146)	(1)	198
Total	<u>937</u>	<u>1.801</u>	<u>(154)</u>	<u>(461)</u>	<u>2.123</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.058 em 30 de junho de 2017 (R\$3.103 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.161 (R\$1.542 em 31 de dezembro de 2016), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$1.009 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão de investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	1.729	77.963	1.757	44.933
Adições/Reversões	-	-	-	28.862
Utilizações	-	(41.209)	-	-
Ajuste a valor presente	48	-	56	3.612
Transferências	-	49.802	-	(49.802)
Saldo em 30.06.2017	1.777	86.556	1.813	27.605

	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	56.241	66.525	3.279
Adições	(614)	37.664	-
Utilizações	(17.355)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.197	103
Transferências	13.876	(13.876)	-
Saldo em 30.06.2016	52.148	94.510	3.382

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2017, referente às manutenções realizadas, foram de R\$38.274 (R\$17.244 em 30 de junho de 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$128.514, compostos por 125.040.451 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$117.655 que representam 114.181.880 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2017, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$55.123, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de junho de 2017 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$7.291, o qual incide a quantia de R\$1.095, referente ao imposto de renda retido na fonte, sendo o saldo líquido em R\$6.196.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	91.051	177.336	83.537	165.514
Receita de serviços de construção	23.494	37.327	6.288	11.335
Outras receitas	1.277	2.444	653	1.238
	<u>115.822</u>	<u>217.107</u>	<u>90.478</u>	<u>178.087</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	115.822	217.107	90.478	178.087
ISSQN	(4.595)	(8.948)	(4.187)	(8.296)
PIS	(609)	(1.184)	(553)	(1.096)
COFINS	(2.811)	(5.465)	(2.582)	(5.060)
Receita líquida	<u>107.807</u>	<u>201.510</u>	<u>83.156</u>	<u>163.635</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.475)	(4.775)	(2.270)	(3.900)
Serviços de terceiros	(672)	(1.349)	(553)	(1.132)
Manutenção de bens e conservação	(454)	(786)	(227)	(405)
Depreciação / Amortização	(201)	(393)	(109)	(209)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.187)	(765)	(1.366)	(1.647)
Comunicação e marketing	(292)	(466)	(335)	(506)
Seguros/Garantias	(10)	(7)	(6)	(9)
Consumo	(967)	(1.917)	(963)	(1.826)
Transportes	(87)	(205)	(97)	(181)
Indenizações a terceiros	(2.490)	(2.739)	(111)	(243)
Outros	(407)	(1.105)	(403)	(766)
Total	(9.242)	(14.507)	(6.440)	(10.824)

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(23.494)	(37.327)	(6.288)	(11.335)
Com pessoal	(3.114)	(5.915)	(3.500)	(6.501)
Serviços de terceiros	(2.517)	(5.061)	(2.398)	(4.798)
Conservação	(1.737)	(3.926)	(1.638)	(3.449)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(119)	(298)	(140)	(488)
Consumo	(411)	(776)	(494)	(1.018)
Transportes	(678)	(1.389)	(762)	(1.581)
Custos com poder concedente	(1.385)	(2.698)	(1.263)	(2.502)
Seguros / Garantias	(429)	(857)	(429)	(937)
Provisão de manutenção em rodovias	(16.191)	(28.862)	(5.615)	(37.050)
Depreciação / Amortização	(22.657)	(44.029)	(18.714)	(37.509)
Amortização Outorga	(276)	(553)	(276)	(553)
Outros	(38)	(90)	(26)	(51)
Total	(73.046)	(131.781)	(41.543)	(107.772)

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.510	4.321	1.255	4.076
Juros ativos	4.849	10.671	10.203	20.098
Outras receitas	2	2	-	88
Total	<u>6.361</u>	<u>14.994</u>	<u>11.458</u>	<u>24.262</u>

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(4.401)	(9.366)	(8.056)	(20.271)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.812)	(3.716)	(2.290)	(4.300)
Atualização montária do ônus da concessão	136	(112)	(804)	(1.391)
Outras despesas	(672)	(1.649)	(705)	(1.451)
Total	<u>(6.749)</u>	<u>(14.843)</u>	<u>(11.855)</u>	<u>(27.413)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	16.889	6.461
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	6.196	4.537
	<u>30.06.2017</u>	<u>30.06.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(47.116)	(21.054)

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	16.721	37.867	23.509	28.805
Número de ações durante período	125.040	125.040	125.040	125.040
Lucro por ação	0,1337	0,3028	0,1880	0,2304

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2017			31.12.2016			
		Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	66.290	-	-	24.219	-	-	-
Partes relacionadas	Nível2	-	170.610	-	-	189.881	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	-	18.975	-	-	18.761	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	-	-	-	-	65.433	-
Outras contas a receber	Nível2	-	5.473	-	-	3.500	-	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	24.953	-	-	-	13.967
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	142	-	-	-	356
Debêntures	Nível2	-	-	156.384	-	-	-	179.609
Partes relacionadas	Nível2	-	-	9.677	-	-	-	8.652
Credores pela concessão	Nível2	-	-	10.794	-	-	-	15.213
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	1.574	-	-	-	1.515
		<u>66.290</u>	<u>195.058</u>	<u>203.524</u>	<u>24.219</u>	<u>212.142</u>	<u>65.433</u>	<u>219.312</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(9.317)	(11.297)	(13.208)
Receita de aplicações financeiras	1.508	1.885	2.263
Receita financeira de mútuo (*)	15.425	20.756	24.368
Juros a incorrer líquido(*)	<u>7.616</u>	<u>11.344</u>	<u>13.422</u>

Notas Explicativas

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$18.364 (R\$18.132 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar, Movemais e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	Total
Debêntures - CDI - 3ª emissão	0,83%	57.074	-	57.074
Debêntures - CDI - 4ª emissão	1,40%	5.417	104.832	110.249
Finame	6,00%	144	-	144
Credores pela concessão	4,90%	4.562	5.975	10.538
Fornecedores e cauções contratuais	-	20.676	3.972	24.648
Outras contas a pagar	-	1.098	-	1.098
Fornecedores partes relacionadas	-	3.481	-	3.481
		<u>88.971</u>	<u>114.779</u>	<u>203.751</u>

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	Total
Debêntures - CDI - 3º emissão	14,70%	57.074	-	-	-	57.074
Debêntures - CDI - 4º emissão	15,30%	3.002	2.416	52.416	1.208	59.041
Finame	6,00%	108	36	-	-	144
Cretores pela concessão	4,90%	2.281	2.281	2.281	2.281	9.125
Fornecedores e cauções	-	19.807	868	849	3.124	24.648
Outras contas a pagar	-	1.098	-	-	-	1.098
Fornecedores partes relacionadas	-	3.481	-	-	-	3.481
		<u>83.370</u>	<u>5.601</u>	<u>55.546</u>	<u>6.613</u>	<u>151.130</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	105.519

(*) Por sinistro.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 02 de agosto de 2017, foi realizada operação de mútuo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,60% ao ano com vencimentos de juros e principal em agosto de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autovias S.A.

Ribeirão Preto - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 9 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2017.

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica